

## 7. Competitividade: *Ease of Doing Business 2008*

O Banco Mundial divulgou recentemente o relatório *Doing Business 2008*, o quinto da série anual, que disponibiliza informação referente ao índice “Facilidade em Fazer Negócios” (*Ease of Doing Business*), com base em dados reportados a Junho de 2007. Ainda que a informação recolhida seja de 2007, o título refere-se a 2008, uma vez que pretende reflectir o ambiente de negócios que um empreendedor pode esperar encontrar em 2008. Este índice é apresentado como um *ranking* que compara 178 economias, mais 3 do que no anterior. Incide em 10 áreas de negócios que podem ser afectadas por regulamentações em vigor, a saber: criação de empresas, processo de licenciamento, contratações e despedimentos, registo de propriedade, obtenção de crédito, protecção dos investidores, fiscalidade, procedimentos alfandegários, cumprimento de contratos e encerramento de empresas.

Cada uma destas áreas é composta por indicadores, num total de 35 (mais 2 que no relatório anterior), que se debruçam sobre questões ligadas à regulamentação de negócios e à protecção dos direitos de propriedade (ver Quadro 7.1). Estes indicadores são baseados em informação factual relativa às leis e regulamentos em vigor e estão focados nas empresas nacionais, especialmente nas pequenas e médias empresas.

**Quadro 7.1**

**Áreas e conteúdo do índice agregado “Facilidade em Fazer Negócios”  
(*Ease of Doing Business*) - 2008**

Áreas	Conteúdo
Criação de empresas	Procedimentos, tempo e custos associados ao início legal de uma sociedade anónima de responsabilidade limitada.
Processo de licenciamento	Todos os procedimentos, tempo e custos requeridos na construção de um armazém normalizado.
Contratações e despedimentos	Flexibilidade das regulamentações de contratação e despedimento de trabalhadores assim como os custos de contratação e de despedimento.
Registo de propriedade	Etapas, tempo e custos envolvidos no registo de propriedades.
Obtenção de crédito	Direitos do credor e registos de informação de crédito na expansão do acesso ao crédito.
Protecção dos investidores	Nível de protecção dos accionistas minoritários em face da má utilização dos activos da empresa.
Fiscalidade	Impostos que uma empresa de dimensão média deve pagar ou reter num dado ano e peso administrativo no pagamento de impostos.
Procedimentos alfandegários	Custos e procedimentos envolvidos na importação e exportação de uma expedição <i>standard</i> de bens.
Cumprimento de contratos comerciais	Eficiência do sistema judicial na resolução de uma disputa comercial, custos e número de procedimentos envolvidos.
Encerramento de empresas / falências	Tempo, custos e resultados dos procedimentos de falência de empresas.

Fonte: Banco Mundial, *Doing Business 2008*

Os resultados são baseados em respostas a questionários quantitativos e qualitativos fornecidas por parceiros locais nos diversos países. No caso de Portugal, incluem-se gabinetes de advogados, empresas de consultoria, associações empresariais, Ministério da Justiça, UCMA e Direcção-Geral de Registos e Notariado.

O cálculo do índice agregado passa por duas fases de tratamento dos dados relativos às dez áreas a aos 178 países. A primeira corresponde ao cálculo da média dos *rankings* em percentil das áreas para cada país em análise, e a segunda trata da ordenação de todas as economias tendo por base os resultados da primeira fase.

O relatório defende que a metodologia do índice agregado “Facilidade em Fazer Negócios” resulta bem dada a sua simplicidade e ajusta-se facilmente relativamente às metas económicas específicas, mas admite também que ainda apresenta deficiências na cobertura de algumas áreas importantes. As alterações de metodologia introduzidas em 2007 centraram-se em três áreas do índice “Facilidade em Fazer Negócios” (processo de licenciamento, contratações e despedimentos e efectivação de contratos) e visaram uma melhor adequação do conteúdo dos indicadores à área em análise.

Contudo, o relatório refere ainda como limitação o facto de a metodologia não abarcar áreas importantes para os negócios, como a proximidade do país a grandes mercados, a qualidade dos serviços infraestruturais a segurança da propriedade em termos de roubo/saque, entre outros.

Como nesta edição do *ranking* “Facilidade em Fazer Negócios” a metodologia de cálculo sofreu algumas alterações, o *ranking* de 2007 foi recalculado de modo a permitir comparações evolutivas entre as 178 economias analisadas. Deste modo, a análise que segue tem subjacente estas alterações.

### 7.1 Principais resultados do *Doing Business 2008* para Portugal

Na presente abordagem, seleccionaram-se 32 países para objecto de análise, nomeadamente os dez primeiros classificados e os países da UE27<sup>37</sup>. O Quadro 7.2 apresenta para estes países os *rankings* do indicador agregado “Facilidade em Fazer Negócios” para 2008 e 2007, assim como os referentes a cada uma das 10 áreas para 2008.

No *ranking* global de 2008, as dez primeiras posições são idênticas às recalculadas para o ano anterior, com excepção da 10ª posição da Islândia (era 11ª). Singapura estava em 1º lugar, seguida da Nova Zelândia e dos EUA.

No âmbito da UE, os primeiros classificados foram a Dinamarca (5ª posição), o Reino Unido (6ª posição) e a Irlanda (8ª posição). **Portugal** surge na 37ª posição tendo subido 5 lugares face a 2007 (era 42ª)<sup>38</sup> e a Espanha posicionaram-se logo abaixo em 38º, mantendo a posição anterior. Portugal está também melhor classificado que o Luxemburgo (42º), a Itália (53º) e a Grécia (100º) e que seis países dos alargamentos (Hungria, Bulgária, Roménia, Eslovénia, República Checa e Polónia). A Itália e a Grécia (último lugar) foram os países da UE15 com pior desempenho.

Dos países dos alargamentos da UE, as posições mais favoráveis foram detidas pelos países bálticos, com a melhor a pertencer à Estónia (17ª), que está à frente de países como a Alemanha (20º), a Holanda (21º) e a França (31º). As piores verificaram-se na Eslovénia (55ª), na República Checa (56ª) e na Polónia (74ª).

Em termos evolutivos, entre os *rankings* de 2007 e 2008, a Hungria (de 51º para 45º), a Bulgária (de 54º para 46º) e a Roménia (55º para 48º) foram os países que mais lugares conquistaram enquanto as maiores descidas verificaram-se na Polónia (de 68º para 74º lugar) e na Grécia (de 95º para 100º), precisamente os países da UE pior classificados.

Em relação a **Portugal**, a melhoria de posição do índice agregado, de 42º para 37º lugar entre 2007 e 2008 ficou a dever-se essencialmente à significativa subida na área do “Registo de Propriedade”, ao passar de 97º para 65º lugar do *ranking*. Esta melhoria de *performance* no *ranking* de 2008 reflecte as medidas implementadas no âmbito da simplificação e modernização de registos, nomeadamente, na queda significativa do tempo de registo (passou de 81 para 42 dias). Em sete das dez áreas, as evoluções no *ranking* foram nulas ou marginais (entre -2 e +2 posições): “Criação de empresas”, “Processo de Licenciamento”, “Contratações e Despedimentos”, “Protecção dos Investidores”, “Fiscalidade”, “Cumprimento de Contratos Comerciais” e “Encerramento de Empresas”. Nas restantes duas áreas os

<sup>37</sup> Não inclui Malta e Chipre, por não constarem do grupo dos 178 países analisados no relatório.

<sup>38</sup> Na edição do *Doing Business 2007* Portugal ocupava a 40ª posição tendo em consideração a metodologia então utilizada e o grupo de 175 países.

movimentos foram um de subida no *ranking*, a dos “Procedimentos Alfandegários” (mais 3 posições) e outro de descida, a da “Obtenção de Crédito” (menos 6 posições).

No relatório são identificadas as áreas que foram alvo de reformas positivas e negativas em 2006/2007<sup>39</sup>, surgindo **Portugal** com menção positiva em seis áreas: “Registo de Propriedade”, “Criação de empresas”, “Protecção dos Investidores”, “Fiscalidade”, “Cumprimento de Contratos Comerciais” e “Encerramento de Empresas”.

Tendo em consideração a posição relativa no índice agregado em 2008 (37º lugar), agruparam-se as dez áreas consoante as respectivas *performances* se situavam acima, abaixo ou muito abaixo daquela referência. Igualmente se faz uma breve análise comparativa entre **Portugal** e os países seleccionados (ver Quadros 7.2 e 7.3). O Quadro 7.3 comporta informação comparativa, por indicador, entre a Espanha (principal parceiro comercial de Portugal), a República Checa (país com a dimensão da população idêntica à de Portugal e um PIB *per capita* próximo, ainda que mais baixo) e a OCDE.

***Desempenhos acima da média do índice agregado:***

- ◆ **Encerramento de Empresas: 20º lugar** (19º no *ranking* 2007<sup>40</sup>). Os países da UE melhor posicionados foram a Finlândia (5º lugar) e a Irlanda (6º lugar). A Espanha detinha o 17º lugar, ligeiramente acima de Portugal, o que pode ser parcialmente explicado pelo comportamento do indicador “número de anos para completar o processo de falência”, que em Espanha era de 1 ano (muito próximo da média da OCDE) e em Portugal era o dobro.
- ◆ **Procedimentos Alfandegários: 31º lugar** (28º no *ranking* 2007). O 1º lugar pertencia a Singapura, sendo de destacar os países nórdicos (2º, 5º e 6º lugares para a Dinamarca, a Finlândia e a Noruega, respectivamente) e o 7º lugar da Estónia. A Espanha estava na 47ª posição, muito atrás de Portugal, sendo de realçar o indicador “custos de exportação” que em Portugal era muito mais baixo que em Espanha e mesmo que na OCDE.
- ◆ **Protecção dos Investidores: 33º lugar** (32º no *ranking* 2007). Os países anglo-saxónicos distinguiram-se nesta área, com a Nova Zelândia a liderar e a Irlanda (5º lugar) e o Reino Unido (9º lugar) a registarem, de longe, os melhores desempenhos da UE. A Espanha e a República Checa estavam ambas na 83ª posição, muito abaixo de Portugal, que se manteve em nível idêntico ao da OCDE no “índice de protecção dos investidores”.

***Desempenhos abaixo da média do índice agregado:***

- ◆ **Criação de Empresas: 38º lugar** (36º no *ranking* 2007). Os países anglo-saxónicos lideram nesta área, cabendo a 1ª posição à Austrália e a 1ª da UE à Irlanda (5ª posição). A Espanha quedou-se na 118ª posição, muito atrás de Portugal. Refira-se que a descida de duas posições de Portugal não reflecte directamente a evolução dos quatro indicadores desta área, já que se verificou uma melhoria em todos, face ao período anterior.
- ◆ **Cumprimento de Contratos Comerciais: 49º lugar** (igual ao *ranking* 2007). A China foi o 1º país nesta área e a Letónia, com o 3º lugar, foi o melhor classificado da UE. A Espanha estava no 55º lugar, 6 lugares abaixo de Portugal.
- ◆ **Registo de Propriedade: 65º lugar** (97º no *ranking* 2007). Esta área é liderada pela Nova Zelândia, sobressaindo a Lituânia (4º lugar) e a Eslováquia (5º lugar) como os países da UE com melhor desempenho. A Espanha, com a 42ª posição, situou-se muito acima de Portugal, diferindo substancialmente no indicador “número de dias” para efectuar um registo (42 dias em Portugal contra 18 em Espanha). Contudo, foi nesta área que Portugal registou a maior subida no *ranking* (mais 32 posições).

<sup>39</sup> O relatório divulgou também o *Top 10 reformers in 2006/2007*, sendo de referir o 10º lugar ocupado pela Bulgária.

<sup>40</sup> Trata-se do posicionamento resultante do ajustamento efectuado à metodologia que foi aplicada a 178 países no *Doing Business 2008*.

- ◆ **Fiscalidade: 66º lugar** (65º no *ranking* 2007). De distinguir a 2ª posição de Singapura e a 6ª posição da Irlanda, a melhor dos países da UE. A Espanha quedou-se pela 93ª posição, muito abaixo de Portugal.
- ◆ **Obtenção de Crédito: 68º lugar** (62º no *ranking* 2007). Nesta área, há que distinguir o Reino Unido (que lidera) e a Alemanha (3ª posição), como os países da UE melhor colocados. A Espanha detinha a 13ª posição, muito acima de Portugal.

***Desempenhos muito abaixo da média do índice agregado:***

- ◆ **Processo de Licenciamento: 112º lugar** (114º no *ranking* 2007). Dos países da UE, a Dinamarca distinguiu-se pela sua boa performance (6º lugar), seguida pela Estónia que, com o seu 14º lugar, surge à frente dos restantes países da UE. A Espanha ocupava o 46º lugar do *ranking*, muito acima de Portugal, assim como a República Checa (83º lugar).
- ◆ **Contratações e Despedimentos: 157º lugar** (igual ao *ranking* 2007). Os EUA e Singapura lideram nesta área, destacando-se a Dinamarca como o país da UE melhor classificado (10º lugar). A Espanha posicionou-se em 154º lugar, ligeiramente acima de Portugal. A República Checa teve um dos seus melhores desempenhos (55º lugar), tendo sido classificada *top reformer* em 2006/2007 no conjunto dos indicadores desta área.

Em síntese e face a Espanha, Portugal apresentava melhores posicionamentos nas áreas “Criação de empresas”, “Protecção dos Investidores”, “Fiscalidade”, “Procedimentos Alfandegários” e “Cumprimento de Contratos Comerciais” e piores desempenhos nas áreas “Processo de Licenciamento”, “Contratações e Despedimentos”, “Registo de Propriedade”, “Obtenção de Crédito” e “Encerramento de Empresas.

Quadro 7.2

 Índice Agregado “Facilidade em Fazer Negócios” (*Ease of Doing Business*) e respectivas Áreas - Ranking 2008

Economia	Facilidade em Fazer Negócios		Criação de empresas	Processo de licenciamento	Contratações e despedimentos	Registo de propriedade	Obtenção de crédito	Protecção dos investidores	Fiscalidade	Procedimentos alfandegários	Cumprimento de contratos	Encerramento de empresas	Número de ordem em 178 países	
	2007 (*)	2008												
	Singapura	1											1	9
Nova Zelândia	2	2	3	2	13	1	3	1	9	16	13	16		
EUA	3	3	4	24	1	10	7	5	76	15	8	18		
Hong Kong, China	4	4	13	60	23	58	2	3	3	3	1	15		
Dinamarca	5	5	18	6	10	39	13	19	13	2	30	7		
Reino Unido	6	6	6	54	21	19	1	9	12	27	24	10		
Canadá	7	7	2	26	19	28	7	5	25	39	43	4		
Irlanda	8	8	5	20	37	79	7	5	6	20	39	6		
Austrália	9	9	1	52	8	27	3	51	41	34	11	14		
Islândia	11	10	14	23	42	8	13	64	27	11	4	12		
Finlândia	14	13	16	39	127	17	26	51	83	5	7	5		
Suécia	13	14	22	17	107	7	36	51	42	6	53	19		
Estónia	18	17	20	14	156	21	48	33	31	7	29	50		
Bélgica	19	19	19	37	36	161	48	12	65	48	22	9		
Alemanha	16	20	71	16	137	47	3	83	67	10	15	29		
Holanda	23	21	41	84	92	22	13	98	36	14	36	8		
Letónia	20	22	30	82	96	85	13	51	20	19	3	64		
Áustria	22	25	83	40	62	30	26	122	80	12	6	21		
Lituânia	24	26	57	57	124	4	36	83	71	23	18	31		
França	32	31	12	17	144	159	36	64	82	25	14	32		
Eslováquia	31	32	72	50	75	5	7	98	122	90	50	36		
<b>Portugal</b>	<b>42</b>	<b>37</b>	<b>38</b>	<b>112</b>	<b>157</b>	<b>65</b>	<b>68</b>	<b>33</b>	<b>66</b>	<b>31</b>	<b>49</b>	<b>20</b>		
Espanha	38	38	118	46	154	42	13	83	93	47	55	17		
Luxemburgo	44	42	41	36	164	116	97	107	17	32	2	46		
Hungria	51	45	67	87	81	96	26	107	127	45	12	53		
Bulgária	54	46	100	103	57	62	13	33	88	89	90	72		
Roménia	55	48	26	90	145	123	13	33	134	38	37	81		
Itália	50	53	65	78	56	49	68	51	122	62	155	25		
Eslovénia	53	55	120	62	166	99	68	19	63	69	79	34		
República Checa	61	56	91	83	55	54	26	83	113	30	97	108		
Polónia	68	74	129	156	78	81	68	33	125	40	68	88		
Grécia	95	100	152	42	142	93	84	158	86	65	87	38		

 Fonte: Banco Mundial, *Doing Business* 2008

 Nota: (\*) - Valores recalculados para 2007, com excepção do Luxemburgo, que só passou a constar do *Doing Business* 2008.

Quadro 7.3 (continua)

 Áreas e indicadores do agregado “Facilidade em Fazer Negócios” (*Ease of Doing Business*) – 2008

Áreas	Indicadores	Portugal		Espanha		República Checa		OCDE
		Valor	Nº de ordem	Valor	Nº de ordem	Valor	Nº de ordem	
<b>Indicador Agregado "Facilidade em Fazer Negócios"</b>			<b>37</b> <i>(42)</i>		<b>38</b> <i>(38)</i>		<b>56</b> <i>(61)</i>	
<b>Criação de empresas</b>	Número de procedimentos	7		10		10		6,2
	Número de dias	7	38	47	118	17	91	14,9
	Custos (% do Rendimento Interno Bruto <i>per capita</i> )	3,4	<i>(36)</i>	15,1	<i>(108)</i>	10,6	<i>(79)</i>	5,1
	Capital mínimo a depositar para obtenção do registo (% do Rendimento Interno Bruto <i>per capita</i> )	34,7		13,7		34,9		32,5
<b>Processo de licenciamento</b>	Número de procedimentos	20		11		36		14,0
	Número de dias	327	112 <i>(114)</i>	233	46 <i>(48)</i>	180	83 <i>(109)</i>	153,3
	Custos (% do rendimento <i>per capita</i> )	54,0		64,9		18,5		62,2
<b>Contratações e despedimentos</b>	Índice de rigidez de emprego. Varia entre 0 e 100, com os valores mais altos a representar maior rigidez de regulamentações. Corresponde a uma média dos três índices:	48		56		31		30,8
	- Índice de dificuldade de contratação	33	157	78	154	33	55	25,2
	- Índice de rigidez de horas	60	<i>(157)</i>	60	<i>(152)</i>	40	<i>(68)</i>	39,2
	- Índice de dificuldade de despedimento	50		30		20		27,9
	Custos de trabalho não salariais (% do salário)	24		33		35		20,7
	Custos de despedimento (semanas de ordenados)	95		56		22		25,7
<b>Registo de propriedade</b>	Número de procedimentos	5		4		4		4,9
	Número de dias	42	65 <i>(97)</i>	18	42 <i>(41)</i>	123	54 <i>(57)</i>	28,0
	Custos (% do valor da propriedade)	7,4		7,1		3,0		4,6

Áreas	Indicadores	Portugal		Espanha		República Checa		OCDE
		Valor	Nº de ordem	Valor	Nº de ordem	Valor	Nº de ordem	
<b>Obtenção de crédito</b>	Índice de direitos legais (Varia de 0 a 10, com os valores mais altos a indicar leis mais adequadas ao acesso ao crédito)	4		6		6		6,4
	Índice de informação de crédito (Varia entre 0 e 6, com os valores mais altos a indicar maior disponibilidade de informação de crédito)	4	68	6	13	5	26	4,8
	Cobertura de registos públicos de antecedentes de crédito (% da população adulta)	67,1	(62)	44,9	(12)	4,2	(21)	8,6
	Cobertura de agências privadas de antecedentes de crédito (% da população adulta)	11,3		8,3		53,0		59,3
<b>Protecção dos investidores</b>	Índice de protecção dos investidores (Varia entre 0 e 10, com os valores mais altos a representar condições mais favoráveis). Inclui três dimensões:	6		5		5		6,0
	- Índice de divulgação da informação (transparência das transacções)	5	33	6	83	2	83	6,4
	- Índice de responsabilidade dos directores das empresas	7	(32)	4	(81)	5	(81)	5,1
	- Índice de facilidade dos accionistas em processar judicialmente os funcionários por má conduta	6		5		8		6,5
<b>Fiscalidade</b>	Fiscalidade anual efectiva para uma empresa de dimensão média, medida através de:							
	Número de pagamentos a efectuar	8		8		12		15,1
	Número de horas a dispender	328		298		930		183,3
	Total do imposto a pagar (% do lucro bruto)	15,2	66	23,7	93	5,9	113	20,0
	Impostos laborais e contribuições (%)	26,8	(65)	37,6	(91)	39,5	(111)	22,8
	Outros impostos (%)	2,8		0,8		3,2		3,4
Taxa total de imposto (% do lucro)	44,8		62,0		48,6		46,2	
<b>Procedimentos alfandegários</b>	Número de documentos para exportação	6		6		5		4,5
	Número de dias para exportação	16		9		16		9,8
	Custos de exportação (US\$ por contentor)	580	31	1 000	47	775	30	905,0
	Número de documentos para importação	7	(28)	8	(43)	7	(27)	5,0
	Número de dias para importação	16		10		18		10,4
	Custos para importação (US\$ por contentor)	994		1 000		860		886,1
<b>Cumprimento de contratos comerciais</b>	Número de procedimentos	35		39		27		31,3
	Número de dias	577	49	515	55	820	97	443,3
	Custos (% da dívida)	17,7	(49)	17,2	(59)	33,0	(97)	17,7
<b>Encerramento de empresas / falências</b>	Número de anos para completar o processo de falência	2,0		1,0		6,5		1,3
	Custos (% do rendimento <i>per capita</i> )	9	20	15,0	17	15,0	108	7,5
	Taxa de recuperação (cêntimos por dólar)	74,0	(19)	76,9	(15)	21,3	(115)	74,1

Fonte: Banco Mundial, *Doing Business* 2008

Nota: ( ) - Valores recalculados para 2007